

## PREMISSAS PARA MUDAR DE RUMO

Na sua resolução sobre a situação social e política, o Conselho Geral do STAL reunido no passado dia 4 de Dezembro aprovou oito premissas fundamentais para uma mudança de rumo nas políticas governativas para a Administração Pública:

- 1 → A garantia de que ao desempenho de funções públicas corresponda um regime de vínculo público, que proteja os trabalhadores de pressões políticas, económicas ou outras e assegure a isenção na prestação das suas funções;
- 2 → A regularização das situações de emprego precário existentes, garantindo estabilidade laboral a todos os trabalhadores que exercem funções de carácter permanente;
- 3 → A efectivação de direitos incluindo a «opção gestionária» e o reforço da estrutura e intervenção sindical em particular nos locais de trabalho;
- 4 → O reconhecimento do direito à carreira profissional e à adjectivação funcional, reconhecendo e garantindo as especificidades profissionais, a valorização dos trabalhadores, e potenciando a sua motivação;
- 5 → A suspensão do SIADAP e a abolição das quotas na avaliação de desempenho e a negociação de um sistema motivador que garanta transparência e justiça no tratamento dos trabalhadores, o direito ao contraditório, e promova a sua valorização profissional;
- 6 → A garantia do efectivo direito de negociação e de contratação colectiva aos trabalhadores da Administração Local, nomeadamente através da revogação de diversas normas gravosas da actual legislação como as que pretendem impor a adaptabilidade dos horários de trabalho, que limitam o direito de contratação das autarquias e que possibilitam a criação de regimes laborais com direitos diferenciados em função da sindicalização dos trabalhadores;
- 7 → A revisão do Código do Trabalho e a revogação das normas anti-laborais introduzidas pelos sucessivos governos;
- 8 → A adopção de uma política de descentralização efectiva, que potencie o desenvolvimento do Poder Local, concretize a regionalização e promova serviços públicos de qualidade para todos e o abandono da actual estratégia privatizadora nos sectores da água, saneamento e resíduos sólidos.

**Num momento de transição para um novo ano, o STAL saúda todos os trabalhadores e manifesta a confiança que para lá destas políticas e da muito publicitada crise, os trabalhadores e as suas organizações sindicais saberão ultrapassar as dificuldades, combater as ofensivas aos seus direitos e à sua qualidade de vida e enfrentar o futuro com a esperança de uma vida melhor que a firmeza na luta lhes transmite e proporciona!**



trabalhadores *mais* fortes

*sindicaliza-te!*

[www.stal.pt](http://www.stal.pt)

DIREITOS, SALÁRIOS e SERVIÇOS PÚBLICOS

POR UMA POLÍTICA *diferente*

vamos continuar a luta!



**A retirada da maioria absoluta ao Partido Socialista nas últimas eleições legislativas constituiu a condenação inequívoca das políticas de direita atentatórias dos nossos direitos laborais e sociais e exige do actual governo a adopção de políticas mais justas que respeitem os direitos laborais, garantam o vínculo público, promovam a valorização profissional dos trabalhadores e defendam a prestação dos serviços públicos essenciais como condição fundamental para garantir o investimento, o crescimento económico, a democracia e a justiça social.**

A luta pela alteração das medidas legislativas profundamente gravosas para os direitos dos trabalhadores que o anterior governo e a maioria absoluta do PS aprovaram no âmbito da chamada reforma da Administração Pública constitui uma preocupação central da acção reivindicativa do STAL e dos trabalhadores, bem como a defesa das propostas justas e realistas da Proposta Reivindicativa Comum (PRC/2010) aprovada na Cimeira de Sindicatos da Frente Comum.

Mas a nossa prioridade não pode deixar de ser a luta pelos direitos laborais nos locais de trabalho, particularmente em torno da aplicação da opção gestionária, do combate ao emprego precário, de acompanhamento dos horários de trabalho e da melhoria das condições de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho.

A Contratação Colectiva na Administração Pública e a negociação de instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho que garantam e promovam os direitos dos trabalhadores em condições de igualdade de tratamento e que assegurem a conciliação da actividade profissional com a vida familiar e social constitui outra das prioridades do STAL nos próximos tempos, seja no âmbito da Frente Comum seja no plano local.

### OPÇÃO GESTIONÁRIA *continuar a luta*

Há já diversos meses que o STAL tem vindo a reivindicar junto das autarquias locais a aplicação da chamada «opção gestionária», medida que permite a mudança de posicionamento remuneratório dos trabalhadores que obtenham, no mínimo, o conjunto de cinco menções de Bom e que poderá evitar que as mudanças só ocorram ao fim de 10 anos, o que, para a generalidade dos trabalhadores, será em 2014.

Esta reivindicação constituiu, aliás, um dos objectivos centrais da Greve Nacional de 16 de Setembro, que registou uma adesão global superior a sessenta por cento e que abriu caminhos para a decisão positiva de muitas autarquias, segundo balanço do sindicato feito no próprio dia da greve, mais de cento e setenta.

A luta não parou no entanto no dia da greve, sendo sintomático da determinação do sindicato nesta reivindicação, hoje central dos trabalhadores da Administração Local, o facto de ainda durante os meses de Novembro e Dezembro dezenas de autarquias terem vindo a aprovar decisões positivas, fruto da intensa actividade da estrutura do sindicato, que se tem desdobrado em reuniões com autarcas e gabinetes técnicos, esclarecimento dos trabalhadores e marcação de acções pontuais de luta, nomeadamente greves e manifestações, como se verificou, de entre outras, em Ponta Delgada, Coimbra ou Coruche.

O STAL reafirma a determinação de intensificar, junto com os trabalhadores nos diversos locais de trabalho, a luta por esta medida justa e fundamental para a valorização dos trabalhadores, que permite ao mesmo tempo minorar os impactos negativos das políticas governativas nos nossos salários.

## SIADAP

*abolir quotas,  
lutar por avaliação justa*

Corroborando o que o STAL desde sempre denunciou, o Sistema de Avaliação de Desempenho dos Trabalhadores da Administração Pública (SIADAP), tem vindo a revelar-se um verdadeiro instrumento de desvalorização e discriminação dos trabalhadores, contribuindo fortemente para a degradação dos salários e o aumento de injustiças.

O próprio Governo reconhece que a implementação do SIADAP não tem aplicação prática à realidade da Administração Local, mas no processo de adaptação ao sector foi incapaz de acolher as propostas realistas do STAL que visavam minorar os impactos desta hedionda lei e acautelar as especificidades do Poder Local e dos seus trabalhadores.

Entretanto são já hoje visíveis os problemas e as fracturas criadas por este sistema nas autarquias, particularmente fruto da aplicação das quotas, criando desigualdades, injustiças e incongruências inadmissíveis, situação que faz aumentar a conflitualidade laboral, a insatisfação e a desmotivação dos trabalhadores, em nada contribuindo para a melhoria dos serviços que prestam.

O STAL reafirma a firme disponibilidade de pugnar por um sistema de avaliação justo e motivador, sem quotas, exigindo desde já a suspensão do actual SIADAP e a criação de uma norma transitória que garanta a avaliação dos trabalhadores através da ponderação curricular, até que esteja negociado com os sindicatos um novo sistema.

## SINTAP/UGT

*demagogia sem pudor*

Sem qualquer pinga de pudor, as pseudo-estruturas sindicais da UGT, particularmente o SINTAP/FESAP, insistem na manipulação e na demagogia para dividir os trabalhadores e escamotear os verdadeiros actos de traição que têm levado a cabo ao longo dos anos, particularmente aqueles que permitiram ao governo levar por diante a chamada «reforma da Administração Pública».

O recente Acordo de Carreiras Gerais, assinado em vésperas eleitorais com o anterior Governo, é disso exemplo claro na medida em que, a cobro de supostas «vantagens» para os trabalhadores, o SINTAP assinou um acordo que desregulamenta os horários de trabalho, pois prevê a adaptabilidade dos horários de trabalho na Administração Pública até às 50 horas semanais e potencia o aumento de discriminações entre trabalhadores.

É por isso fundamental estarmos atentos e combater todas as tentativas de manipulação que pretendem dividir a luta dos trabalhadores, lembrando-nos que foi exactamente o SINTAP quem acordou com o Governo medidas tão gravosas quanto o novo regime de vínculos, carreiras e remunerações, as quotas no SIADAP, o contrato de trabalho em funções públicas e a lei da reorganização de serviços que, contrariamente ao apregoado, prevê a introdução da mobilidade especial no sector!

## PRC/2010

*recuperar o poder de compra*

**O défice das contas públicas é hoje para o Governo novamente uma preocupação central, depois de ter injectado na banca milhões de euros para garantir os lucros dos grandes senhores e fazer face a uma crise que eles próprios criaram.**

**Aos trabalhadores, que têm suportado esta e todas as crises criadas pelo grande capital e pelas políticas de direita levadas a cabo pelos sucessivos governos, exigem-se agora novos e redobrados «esforços», num coro a que se juntam o Governador do Banco de Portugal, Victor Constâncio, e o próprio FMI.**

**Mas nem Victor Constâncio, que continua imoralmente a sorver aos cofres do Estado milhares de euros mensais, nem os grandes senhores da banca, nem mesmo o Governo, falam no congelamento dos seus salários ou numa verdadeira tributação dos lucros. É aos trabalhadores que se pretende impor nova degradação do poder de compra, particularmente aos trabalhadores da Administração Pública cujos salários variaram negativamente no período de 2000 e 2009 entre os 3,7 por cento (para aqueles que auferiam salários inferiores a 1.025 euros) e os 7% (para os restantes).**

**É por isso inteiramente justa e legítima a reivindicação da Frente Comum de uma actualização salarial de 4,5 por cento, com a garantia de um aumento mínimo de 50 euros para cada trabalhador. E por ela vamos lutar!**

## REORGANIZAÇÃO DE SERVIÇOS

*combater a mobilidade especial*

Sob o pretexto da adaptação à Administração Local da lei de vínculos, carreiras e remunerações, o Governo aprovou o D. Lei 209/2009, de 3/09. Para além das críticas que o STAL em tempo útil teceu a este diploma, particular gravidade assume a matéria de extinção, fusão e reestruturação de serviços, que impõe às autarquias locais a aprovação, até final de 2010, de um novo modelo de organização de serviços.

Trata-se de um processo que apresenta fortes perigos à estabilidade dos trabalhadores da Administração Local, porquanto a pretexto da «reorganização de serviços» o governo introduz na Administração Local a possibilidade de serem criados trabalhadores excedentários e a consequente aplicação da lei da mobilidade (a ser ainda regulamentada).

Destaca-se que aquele diploma legal determina que sejam criadas listas de postos de trabalho necessários ao funcionamento dos diversos serviços e, paralelamente, dos efectivos existentes. Se os postos de trabalho forem inferiores aos efectivos existentes, os trabalhadores excedentários serão colocados em situação de mobilidade especial ou, se for o caso, objecto de despedimentos.

## CONTRATAÇÃO COLECTIVA

*garantir direitos,  
combater discriminações*

Como o STAL já sobejamente denunciou, o Acordo Colectivo de Carreiras Gerais assinado entre o Governo e a UGT agrava discriminações entre os trabalhadores, nomeadamente no trabalho nocturno, e pretende instituir o regime de adaptabilidade de horários de trabalho previsto no Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas, possibilitando o alargamento dos horários para as 50 horas semanais.

Trata-se de um documento de duvidosa legalidade, quer por conter normas que violam a Constituição da República Portuguesa quer pelo facto de ter sido celebrado com «Frentes Sindicais» da UGT, que se duvida tenham poderes legais para o fazer.

Por outro lado, estamos perante um acordo que não se aplica às autarquias, pois estas não participaram na sua negociação, não o subscreveram nem expressamente, tanto quanto é do nosso conhecimento, mandataram alguém para as representar, como de resto a ANMP reconheceu.

O STAL denuncia a vergonhosa atitude de algumas autarquias que à revelia da legalidade, da honestidade e respeito que se exigem aos eleitores e outros responsáveis municipais, procura fazer chantagem com os trabalhadores promovendo estruturas sindicais que toda a vida foram conhecidas por não respeitarem os interesses dos trabalhadores, e reafirma a intenção de combater por todos os meios qualquer tentativa de introdução na Administração Pública, particularmente na Administração Local, de quaisquer mecanismos que visem o aumento das discriminações entre trabalhadores e a sua divisão, seja pela via legislativa seja através de acordos como este que as ditas frentes sindicais/UGT assinaram.

O STAL, que tem vindo, no âmbito da Frente Comum a negociar com o Governo um Acordo Geral de Carreiras (ver desenvolvimento do processo negocial em [www.stal.pt](http://www.stal.pt)), reafirma a sua exigência de um processo e respectiva legislação que assegure o direito à contratação colectiva na Administração Local sem barreiras ou condicionalismo de qualquer ordem e o seu empenhamento num processo negocial que garanta direitos fundamentais como a igualdade de tratamento, combata a adaptabilidade e respeite os sindicatos.

